

Artigo

Conselhos representam total liberdade de expressão

Muito se tem falado nas últimas semanas acerca da criação de Conselhos de Comunicação Social pelos Estados. Diversos veículos de comunicação de projeção nacional, além de entidades como a OAB, vêm tratando do assunto de forma negativa, sob o fundamento de que a criação de tais conselhos representará obstáculo à liberdade de expressão e, conseqüentemente, ameaça à democracia.

Tais críticas, contudo, têm sido feitas sem uma análise mais profunda da questão, e têm indistintamente de remeter aos anos sombrios da ditadura militar – que, inclusive, lembremo-nos, contou com o respaldo de diversos veículos de comunicação que hoje se arvoram em defensores da liberdade de expressão e da democracia –, e, assim, convencer pelo medo. Nada, contudo, se tem falado dos deveres da imprensa impostos pela nossa Constituição e que tais conselhos contribuiriam para implementar.

A própria Constituição, aliás, em seu artigo 224, determina a criação de um Conselho de Comunicação Social junto ao Congresso Nacional (que, instituído pela Lei 8.389/91, foi instalado em 2002, mas, infelizmente, foi sendo esvaziado e hoje praticamente já não funciona). Ora, o que certos Estados vêm propondo, então, não é nenhuma invenção, mas tão-somente a criação no âmbito estadual de algo que já existe no âmbito federal; e que, ao contrário do que se vem dizendo, não tem nada de inconstitucional – aliás, muito pelo contrário, pois a proposta de tais conselhos é exatamente implementar as diretrizes traçadas pela Constituição Federal.

Também não se trata de coisa de país subdesenvolvido, nem se vincula a uma ideologia atrasada, estatista, totalitária. Países com democracia sólida têm órgãos com funções semelhantes aos Conselhos de Comunicação Social como vêm sendo propostos por aqui. Os Estados Unidos, por exemplo, tem o FCC – Federal Communications Commission, que, entre outras coisas, tem a competência para impor sanções civis, revogar ou negar a renovação de licenças em caso de violação da lei federal de comunicações.

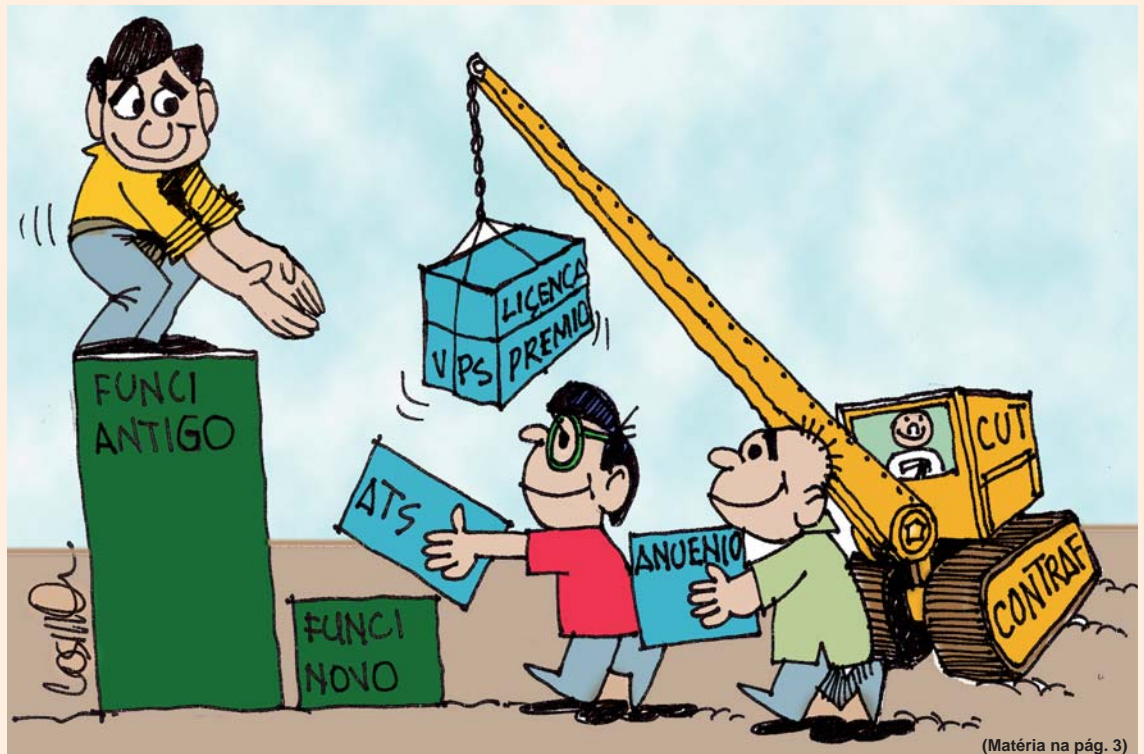
Tais conselhos, se cumprirem com seus objetivos, terão papel importante na solução desse problema ao contribuir – com estudos, pareceres, pesquisas e encaminhamento de propostas legislativas, além de outros mecanismos – para a democratização da imprensa, abrindo espaço para que grupos representativos de diversos segmentos da sociedade e de várias matizes ideológicas tenham oportunidade de expor suas ideias; pois é verdade que o direito à livre manifestação do pensamento é pressuposto da democracia, mas também é verdade que é igualmente importante que tal direito seja garantido a todos, independentemente de sua classe social ou filiação ideológica, e de forma substancial, positiva, não apenas formal. Com efeito, o direito fundamental à liberdade de expressão não se esgota com a imprensa livre: a imprensa precisa ser também democrática. Que possam falar o que quiser, e que possam falar todos, eis o direito fundamental à liberdade de imprensa e expressão em sua forma plena.

O desafio dos veículos de comunicação e outras instâncias da sociedade civil organizada é mostrar que estão comprometidos com esse ideal e, conseqüentemente, que estão dispostos a dar sua contribuição para a implantação dos Conselhos de Comunicação Social, e, feito isso, para que eles se mantenham sempre orientados pela busca de uma imprensa socialmente responsável, livre, ética e democrática, como quer a nossa Constituição.

Fábio Henrique R. de M. Fiorenza – é juiz federal em Mato Grosso

ISONOMIA NOS BANCOS PÚBLICOS

Projeto de Lei vence nova etapa no Congresso Nacional



(Matéria na pág. 3)

Convênio do SEEB/CE oferece descontos em faculdades

As parcerias são com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede) e a Faculdade Farias Brito (pág. 2)

Assinada Convenção Coletiva dos financeiros

Junto com entidades sindicais, Contraf-CUT assinou Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 (pág. 3)

Itaú condenado a indenizar ex-bancário refém em assalto

O TST condenou o banco a pagar indenização por danos morais (pág. 4)

Dia da Consciência Negra comemorado em 20/11

A data foi escolhida por marcar a morte do maior ícone da história dos negros no Brasil, Zumbi dos Palmares (pág. 5)

Assembleia Legislativa faz homenagem aos 25 anos do DIEESE

Foto: Drawllo Joca



O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos completou 25 anos de história no Ceará e para celebrar a parceria da entidade com os trabalhadores cearenses, a Assembleia Legislativa realizou na quinta-feira, dia 18/11, às 15 horas, uma sessão solene em homenagem ao Departamento. O Sindicato dos Bancários do Ceará foi homenageado na solenidade (pág. 2)

Diabetes atinge cerca de 200 milhões de pessoas no Mundo

O Dia Mundial do Diabetes foi criado em 14 de novembro de 1991, com o objetivo de conscientizar a população sobre a doença, que atinge cerca de 200 milhões de pessoas em todo o mundo. O controle da taxa de glicose no sangue é essencial para que os diabéticos não tenham consequências graves como, por exemplo, a amputação de membros ou cegueira. Por este motivo, sedentarismo e alimentação inadequada devem passar longe das pessoas com diabetes.

A doença ocorre quando o organismo não produz insulina (hormônio gerado no pâncreas que transporta a glicose para as células), suficiente ou resiste à sua ação, resultando em taxas de glicose no sangue excessivamente altas. Assim, aparecem os sintomas e as complicações do diabetes.

O diabetes mellitus (nome completo da doença) divide-se em dois grupos. No tipo 1, o mais raro (ocorre em apenas 10% dos diabéticos), as células que produzem a insulina no pâncreas são destruídas pelo organismo, comprometendo a produção de insulina. No diabetes tipo 2, o portador da doença produz a quantidade necessária de insulina, no entanto, seu organismo desenvolve uma certa resistência ao hormônio, impedindo o controle das taxas de glicose.

ATENÇÃO NOS SINTOMAS – Os sintomas de ambos os tipos do diabetes são muito semelhantes. Com o aumento da glicose na urina, os rins produzem mais água para diluí-la, causando polidipsia (sede excessiva). Como uma maior quantidade de calorias é eliminada pela urina,



a pessoa consequentemente (por mecanismo de compensação) sente mais fome. Náuseas, visão turva, sonolência e diminuição da disposição para praticar atividades físicas são também sintomas que merecem atenção.

A longo prazo, as complicações começam a aumentar e daí a importância do controle de glicose desde o momento em que a doença é diagnosticada. Isto porque o acúmulo desta substância nas paredes dos vasos sanguíneos provocam o seu espessamento. Com isso, o transporte de sangue necessário aos tecidos é comprometido, podendo gerar doenças como a aterosclerose: "Quando uma artéria apresenta um estreitamento, as partes do corpo supridas por este vaso não recebem uma quantidade adequada de sangue e oxigênio. Uma obstrução grave pode causar a morte do tecido necessitando, inclusive, de uma amputação", explica Dr. Álvaro Razuk Filho, diretor científico da Sociedade Brasileira de Angiologia e de Cirurgia Vascular.

Os níveis elevados de glicose no sangue e má circulação podem causar também altera-

ções fisiológicas no coração, no cérebro, nas pernas, nos olhos (comprometendo a visão), nos rins (insuficiência renal), nos nervos (formigamentos e redução das sensações) e na pele.

PREVENÇÃO É NECESSÁRIA – A compreensão da necessidade de uma dieta equilibrada é imprescindível para que não ocorram problemas como hipoglicemia (falta de glicose no sangue) ou carência de outros nutrientes necessários para o bom funcionamento do organismo. Acompanhamento médico e atividade física farão com que o paciente tenha uma melhor qualidade de vida e amenize os problemas causados pela doença. Vale ressaltar a importância de evitar a ingestão de doces, se alimentar regularmente e não ficar mais de 3 horas em jejum.

O alto nível de colesterol é outro problema enfrentado pelos diabéticos, que devem então, evitar a ingestão de gorduras saturadas. Existem também medicamentos bastante eficazes no controle de colesterol, que serão prescritos pelo médico conforme a necessidade.

DICA CULTURAL

Fortaleza tem aulas gratuitas de Tai Chi Chuan

Se a rotina estressante e o cansaço estão começando a refletir no seu corpo, talvez você esteja precisando de Tai Chi Chuan. O Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura realiza todas as terças e quintas, sempre a partir das 16h30, aulas gratuitas de Tai Chi Chuan.

O Tai Chi Chuan é uma arte de origem chinesa, surgida na história do país por volta do ano 1200 de nossa era, mas que atualmente conta com adeptos e praticantes espalhados por todo o mundo. Popularmente conhecido pelos movimentos lentos, suaves, circulares e longos, é considerado por muitos como uma forma de meditação em movimento. Atualmente tem sido foco de sistemáticos estudos científicos em comunidades acadêmicas, que têm certificado seus inegáveis benefícios à saúde.



As aulas são realizadas na Praça Verde do Centro Dragão do Mar, as terças e quintas, a partir das 16h30, aberta ao público. A prática não tem restrições, sendo indicada inclusive para idosos.

SERVIÇO

Tai Chi Chuan no Dragão do Mar
Terças e quintas, a partir das 16h30
Praça Verde
Gratuita

CONVÊNIO

Bancários têm descontos em faculdades

O Sindicato dos Bancários do Ceará fechou mais um convênio na área de educação. A nova parceria é com o Centro de Treinamento e Desenvolvimento (Cetrede). Os descontos são concedidos da seguinte forma:

- a. Desconto de 10% na mensalidade da graduação, cursos técnicos e cursos de extensão;
- b. Desconto de mais 5% com a matrícula de 5 alunos;
- c. Desconto de mais 10% com a matrícula de 10 alunos;
- d. Desconto de 15% com a matrícula de 15 alunos.

Os descontos abrangem bancários sindicalizados, seus cônjuges e filhos. Para mais informações, acesse o site www.cetrede.com.br.

Outro convênio do SEEB/CE é com a Faculdade Farias Brito. Os bancários sindicalizados podem ter um desconto de 30% nas mensalidades dos cursos de Administração, Ciência da Computação e Marketing e 15% no curso de Direito. Os descontos abrangem os filhos e cônjuges dos bancários. A parceria ainda permite que o bancário tenha desconto de 50% na inscrição do vestibular. Caso queira mais informações, o bancário pode acessar o site www.fbb.edu.br ou ligar para (85) 3486 9090.

Informações sobre os convênios do SEEB/CE:
Secretaria de Organização
(85) 3252 4266

ECONOMIA

IBGE revisa PIB de 2008 e eleva crescimento da economia para 5,2%

O IBGE divulgou a revisão final dos dados do PIB (Produto Interno Bruto) de 2008 e constatou que o crescimento da economia naquele ano foi de 5,2%. Pelos dados preliminares, calculados com base nas informações trimestrais do PIB, a expansão havia sido de 5,1%.

Sob a ótica da produção, a principal diferença foi constatada na indústria, cujo crescimento foi revisado de 4,4% para 4,1%. Em serviços, a taxa passou dos 4,8% preliminares para 4,9%. Já na agropecuária, o dado original de 5,7% foi elevado para 6,1%. Do ponto de vista da demanda, a maior variação ocorreu no consumo das famílias, que passou de uma taxa

de crescimento de 7,0% para 5,7%.

A Formação Bruta de Capital Fixo, que mede os investimentos, teve pequena oscilação, subindo de 13,4% para 13,6%. Com a revisão, o PIB em valores correntes alcançou um resultado de R\$ 3,032 trilhões. O dado ainda preliminar de 2009, que teve o desempenho afetado pela crise econômica mundial, apontou a primeira retração na atividade econômica desde 1992, com queda de 0,2% no confronto com 2008.

Segundo o Boletim Focus, divulgado semana passada, o mercado elevou a previsão para o crescimento do PIB neste ano de 7,55% para 7,60% e manteve a estimativa para 2011 em 4,50%.

RECONHECIMENTO

DIEESE homenageia Sindicato em solenidade da AL

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos completou 25 anos de história no Ceará no dia 20/11, e para celebrar a parceria da entidade com os trabalhadores cearenses, a Assembleia Legislativa realizou na quinta-feira, dia 18/11, uma sessão solene em homenagem ao Departamento, por requerimento dos deputados Nelson Martins e Artur Bruno (ambos do PT/CE).

O Escritório Regional do Ceará foi o 3º criado no Nordeste e se destaca pelo crescimento. Das sete entidades inicialmente filiadas na sua formação, o DIEESE/CE saltou para as 30 que hoje compõem o quadro de filiação, sendo uma delas o Sindicato dos Bancários do Ceará.

Sobre a supervisão técnica do economista Reginaldo Aguiar, o Escritório Regional do Ceará é referência para os trabalhadores



e para a sociedade, que buscam no departamento assessoria, informação, pesquisas e apoio técnico que fundamentam as reivindicações dos trabalhadores em diferentes eixos temáticos como: emprego, renda, negocia-

ção coletiva, desenvolvimento de políticas públicas.

O Sindicato dos Bancários do Ceará foi homenageado pelo DIEESE/CE na solenidade, sendo entregue uma placa ao presidente Carlos Eduardo Bezerra.

TRIBUNA BANCÁRIA

Home Page: www.bancariosce.org.br
Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br
Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: Imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Fax: (85) 3253 3996
Rua 24 de Maio, 1289 – 60020-001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra – Diretor de Imprensa: Tomaz de Aquino
Jornalista Resp: Lucia Estrela CE00580JP – Repórter: Sandra Jacinto CE01683JP

Estagiários: Anderson Lima e Renata de Lima – Diagramação: Normando Ribeiro CE0043DG
Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 11.500 exemplares

Projeto de Lei de isonomia nos bancos públicos tem parecer favorável

O Projeto de Lei nº 6.259/2005, que institui a isonomia de direitos entre novos e antigos trabalhadores dos bancos públicos federais Caixa Federal, Banco do Brasil, Banco do Nordeste (BNB) e Banco da Amazônia (Basa), venceu mais uma etapa de sua tramitação no Congresso Nacional. Na quarta-feira 10/11, o deputado federal Osmar Júnior (PCdoB-PI) apresentou parecer favorável ao PL em seu relatório na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal.

Essa comissão deverá agora iniciar o processo de votação e, caso o aprove, o PL será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça. Se for aprovado nas comissões, não há necessidade de votação em plenário da Câmara dos Deputados. Passada essa etapa, caberá ao Senado apreciá-lo, antes de ir à sanção presidencial.

Considerado um passo importante em defesa dessa luta, o parecer do deputado federal Osmar Júnior seguiu a linha da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e anula resoluções impostas de forma arbitrária pelo governo neoliberal Fernando Henrique Cardoso. Ocorre que, a partir de 30 de maio de 1995, os trabalhadores que ingressaram na Caixa, BB, BNB e Basa perderam uma série de direitos em relação aos antigos bancários, devido às resoluções nº 9 (maio de 1995) e nº 10 (outubro de 1996) do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE).

A luta pela isonomia de direitos e benefícios entre os bancários das instituições fi-



nanceiras públicas faz parte da minuta específica da campanha salarial deste ano. Nesse particular, a reivindicação é por isonomia de direitos entre os novos e antigos bancários, com extensão a todos de benefícios como licença-prêmio, anuênios, Adicional por Tempo de Serviço (ATS) e Vantagens Pessoais (VPs), entre outros.

Ao longo dos últimos anos, o movimento nacional dos empregados e a Contraf/CUT têm desenvolvido campanhas por isonomia nos bancos públicos federais, com o objetivo de intensificar a pressão ao Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei 6.295. Entre as atividades já realizadas, os destaques são a realização de diversos dias nacionais de luta, a visita às câmaras municipais e assembleias legislativas nos estados. A luta pela isonomia tem sido ampliada em todo o Brasil, de modo a atingir todos os bancos públicos e toda a sociedade. Em busca de apoio, as entidades sindicais e associativas vêm dialogando com parlamentares e lideranças políticas de cada região. Audiências com os presidentes

de cada banco federal também foram agendadas e realizadas, para a entrega de documento com as propostas para corrigir as distorções.

DISCRIMINAÇÃO INACEITÁVEL – As distorções salariais e de benefícios entre funcionários novos e antigos dos bancos públicos federais tiveram início entre os anos de 1996 e 1997. A medida resulta dos "entulhos autoritários" baixados por FHC. Desde então, os administradores das empresas públicas foram orientados a limitar os gastos com custeio do pessoal. Foi com base nessa recomendação que, a partir dos novos concursos públicos, diversas conquistas históricas dos trabalhadores passaram a ser ignoradas. Pior para os trabalhadores admitidos nos bancos públicos federais após 1997. Ingressaram em condições desfavoráveis em comparação com os empregados mais antigos e foram enquadrados em tabelas salariais achatadas, com perda de direitos como licença-prêmio, anuênio, ATS, VPs, entre outros.

BANCO DO BRASIL

Lucro do Banco cresce 32% e soma R\$ 2,6 bilhões no 3º trimestre

O Banco do Brasil anunciou lucro líquido de R\$ 2,625 bilhões no terceiro trimestre de 2010, alta de 32,7% ante o terceiro trimestre do ano passado e queda de 3,7% na comparação com o segundo trimestre deste ano. O banco também informou lucro descontando efeitos extraordinários de R\$ 2,578 bilhões no terceiro trimestre, alta de 46,1% na comparação com o mesmo período de 2009.

O resultado acumulado nos nove primeiros meses deste ano foi de R\$ 7,7 bilhões, evolução de 28,5% na comparação com igual intervalo de 2009. A alta do lucro decorre da expansão das operações de crédito, do aumento da receita na prestação de serviços e da contabilização de ganhos atuariais do fundo de pensão dos funcionários do BB, a Previ. O retorno patrimonial do banco foi de 26,2%, mesmo nível do terceiro trimestre do ano passado.

A carteira total de crédito fechou setembro em R\$ 365,1 bilhões, expansão de 4,4% na comparação com o segundo trimestre deste ano e de 21,1% em 12 meses. Os empréstimos para pessoas físicas cresceram 25%

em 12 meses, puxados por linhas como o crédito consignado, veículos e o financiamento ao consumo. A carteira do segmento superou a marca de R\$ 107 bilhões.

Já na pessoa jurídica, a alta foi de 20,1%, com destaque para as operações de micros, pequenas e médias empresas, principalmente capital de giro, que teve expansão de 25%. O BB terminou o terceiro trimestre com ativos totais de R\$ 796,8 bilhões, expansão de 16% ante setembro de 2009. Com esse montante, o banco público se consolidou na posição de maior instituição financeira do Brasil e da América Latina. Para reforçar seu capital, o BB concluiu no início do terceiro trimestre uma oferta de ações que rendeu ao todo R\$ 9,8 bilhões.

O lucro do BB ficou menor que o do Itaú Unibanco, que anunciou ganho recorde de R\$ 3,034 bilhões no terceiro trimestre, e de R\$ 9,4 bilhões de janeiro a setembro. Mas superou o do Bradesco, que lucrrou R\$ 2,5 bilhões nos meses de julho a setembro e R\$ 7,1 bilhões nos nove primeiros meses do ano.

TRIMESTRE

Lucro da Caixa deve assegurar regra básica total da PLR

O lucro líquido da Caixa Econômica Federal atingiu R\$ 748,7 milhões no trimestre de julho a setembro deste ano, equivalente a um recuo de 14,63% em relação aos R\$ 877 milhões registrados em igual período do ano passado. A Caixa já acumula R\$ 2,4 bilhões em lucro líquido de janeiro a setembro deste ano. O número representa um aumento de 18,7% na comparação com o mesmo período de 2009. No terceiro trimestre de 2010, o lucro da empresa foi de R\$ 748,7 milhões.

PLR – Os empregados da Caixa devem receber até 3 de março de 2011 o complemento da totalidade da regra básica da Participação nos Lucros e Resultados. A afirmação é baseada a partir da divulgação do lucro líquido da empresa dos primeiros nove meses deste ano e que totalizou R\$ 2,4 bi, contra os R\$ 2,5 bi estimados pela Caixa para seu resultado em todo 2010.

A Caixa fez uma projeção conservadora para seu lucro neste ano, medida que impactou no cálculo do

pagamento da PLR, que sofreu um redutor de 18% nos valores destinados aos empregados. Esses números confirmam nossas expectativas de que os empregados devem receber na segunda parcela um complemento que totalizará o que estabelece a regra básica da PLR.

DIFERENÇA – No cálculo do pagamento da PLR deste ano (90% do salário, mais R\$ 1.100,80 com teto de R\$ 7.181 ou limitado a 13% do lucro líquido projetado de 2010) foi aplicado um redutor de 18%. O que deve vir em 3 de março será o crédito do montante que foi descontado por esse redutor. Na mesma data, os empregados receberão também a segunda parcela do adicional da PLR que corresponde à distribuição linear de 2% do lucro líquido, descontada a primeira parcela de R\$ 624,15. Além disso, haverá também o crédito de PLR Social que equivale à distribuição linear de 2% do lucro líquido, descontada a antecipação de R\$ 624,10.

JUDICIÁRIO

TST garante a bancário da Caixa migrar ao PCS sem renúncia de ações judiciais

O acesso ao judiciário é garantido constitucionalmente e não pode ser impedido por negociações decorrentes de acordo coletivo de trabalho. A afirmação foi pronunciada pela Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em julgamento de recurso de um empregado da Caixa Econômica Federal que busca o direito de migrar para um novo plano de cargos e salários sem ter de cumprir exigências que considera ilegais.

A empresa informou que a migração para o novo plano foi oferecida após negociações coletivas realizadas em 2006, com o fim de unificar as carreiras profissionais regidas por dois planos distintos. O novo plano foi instituído em 1998.

O bancário busca o direito de migrar para esse plano, sem ter de

cumprir duas exigências que considera ilegais: De acordo com o relator do recurso, ministro Emmanoel Pereira, não cabe em negociação coletiva a "renúncia de reclamações trabalhistas anteriormente propostas. Esclareceu o relator que "não se está a discutir os direitos perseguidos nas reclamações trabalhistas já propostas, mas apenas a validade de norma coletiva em que prevista a renúncia destes com homologação judicial".

Ao concluir, o relator restabeleceu a sentença que concedeu ao empregado a adesão ao PCS de 1998, "sem prejuízo das ações trabalhistas em trâmite, ou que venham a ser ajuizadas", mas considerou válido o requisito que exige a adesão ao novo plano da Funcef, para se integrar ao PCS de 98.

CONQUISTA

Assinada Convenção Coletiva dos financeiros, com 16,33% no piso e 7,5% nos salários

A Contraf-CUT assinou na quinta-feira, 11/11, junto com entidades sindicais de todo País, a Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011 dos financeiros, que garante praticamente as mesmas conquistas da Campanha Nacional dos Bancários: reajuste de 16,33% nos pisos e aumento salarial de 7,5% para os trabalhadores que ganham até R\$ 4.600 - acima desse valor, fica assegurada a incorporação de um valor fixo de R\$ 345 ao salário ou a inflação do período de 5,31%.

Em relação à PLR, o acordo prevê a manutenção da regra atual com correção de 7,5% nos valores - 90% do salário mais verba fixa de R\$ 1.397,50, com

adiantamento de 50% da parcela fixa até dez dias úteis a partir da assinatura do acordo (ou seja, até o dia 26 de novembro). Além disso, os financeiros conquistaram a garantia de pagamento proporcional aos demitidos a partir do dia 2/5, inclusive. As empresas concordaram ainda em iniciar em março de 2011 uma negociação específica sobre novos parâmetros de distribuição de PLR para os trabalhadores do setor.

O acordo contempla ainda a igualdade na utilização do plano de saúde para casais homoafetivos, um instrumento de combate ao assédio moral e o compromisso de implementar as negociações na mesa paritária sobre igualdade

de oportunidades, prevista na convenção coletiva, mas nunca efetivada.

CONTINUAR AVANÇANDO – "Conquistamos o maior índice de ganho real tanto nos pisos como nas demais verbas, a partir da luta unitária dos trabalhadores dos bancos e financeiras", avalia Miguel Pereira, secretário de Organização do Ramo Financeiro da Contraf-CUT. "Precisamos continuar avançando na organização efetiva do ramo financeiro, envolvendo todos os que geram os fabulosos lucros das holdings financeiras. Está demonstrado que, quanto maior a nossa organização e luta unitária, maiores são as conquistas para todos."

TST condena Itaú a indenizar ex-bancário usado como refém em assalto

O Itaú deverá pagar indenização por danos morais a um ex-funcionário usado como refém em assalto à instituição. A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) e condenou a empresa a pagar uma indenização de R\$ 100 mil. Segundo a petição inicial, em janeiro de 1999 o trabalhador, ao sair de sua residência em direção ao Itaú, foi abordado por criminosos que tinham conhecimento de sua condição de bancário.

Os criminosos, então, mantiveram a sua família em cativeiro enquanto obrigaram o bancário a dirigir-se à agência, onde, enfim, efetuaram o assalto. Devido ao trauma psicológico decorrente desse fato e por conta de constantes ameaças, o bancário e sua família tiveram que mudar de domicílio. Não bastasse isso, o bancário alegou que, após o evento, o gerente da agência acusou-o de forma injusta, com a seguinte frase: "se cuida, porque você entregou o dinheiro aos criminosos".

Diante disso, o bancário, após sua dispensa, propôs ação trabalhista contra o Itaú, requerendo uma reparação por danos morais. O trabalhador alegou culpa do banco por não lhe ter oferecido condições de segurança, já que o alvo dos criminosos teria sido a instituição bancária e não ele, o trabalhador. Ao analisar o pedido do bancário, o juízo de primeiro grau indeferiu o pagamento de indenização por danos morais. O juiz entendeu que o banco não deu causa ao evento e, além disso, prestou assistência necessária após o evento, o que afastava a responsabilidade da instituição nos supostos prejuízos morais ao bancário.

O trabalhador, então, recorreu ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), alegando a responsabilidade objetiva da empresa no assalto, com base no artigo 927 do Código Civil de 2002, segundo o qual haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os



direitos de outrem (teoria do risco do empreendimento, que não depende de prova de culpa de quem deu causa ao evento ilícito).

O TRT, entretanto, discordou do bancário e manteve a sentença que indeferiu a indenização. Para o Regional, o fato narrado se equiparou a acidente de trabalho, cuja responsabilidade objetiva é do órgão previdenciário. A responsabilidade do empregador ocorreria apenas nos casos de dolo ou culpa (artigo 7º, XXXVIII da CF), aspecto não identificado no processo, conforme ressaltou o acórdão do TRT.

Inconformado, o bancário interpus recurso de revista ao TST. O trabalhador alegou que o Itaú não comprovou ter tomado todas as medidas de segurança necessárias diante do risco inerente às atividades desempenhadas pelos bancários no manejo e guarda de moedas. Para o trabalhador, essa responsabilidade seria do banco, segundo a Lei nº 7.102/83, que trata da segurança em estabelecimentos financeiros.

O relator do recurso na Sexta Turma do TST, ministro Augusto César Leite de Carvalho, deu razão ao bancário e condenou a empresa a pagar uma reparação no valor de R\$ 100 mil.

Segundo o ministro, o artigo 4º da Lei nº 7.102/83 atribuiu ao banco a

responsabilidade pela segurança dos empregados e usuários da respectiva agência. Esse artigo estabeleceu que o transporte de numerário em montante superior a vinte mil Ufr, para suprimento ou recolhimento do movimento diário dos estabelecimentos financeiros, será obrigatoriamente efetuado em veículo especial da própria instituição ou de empresa especializada.

Portanto, destacou o ministro, existiu sim culpa do banco, pois o sistema de segurança mostrou-se falho, ao permitir que o trabalhador, na condição de refém, entrasse na agência, acompanhado por assaltante e lhe entregasse dinheiro. Além disso, ressaltou o relator, não fosse o trabalhador empregado do banco, não teria sofrido a situação vexatória à qual foi submetido. Augusto César Leite de Carvalho destacou ainda que, embora não houvesse culpa do banco, haveria como condenar a instituição a uma reparação, com fundamento na responsabilidade objetiva do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil.

Assim, a Sexta Turma, ao acompanhar o voto do relator, decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso de revista do bancário e condenar o Itaú a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$ 100 mil.

CONTRIBUIÇÃO

Desconto assistencial para fortalecer a luta da categoria

Poucos dias após a assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011, os bancários já receberam direitos conquistados na greve de maior alcance dos últimos 20 anos e que resultou no melhor acordo também das últimas duas décadas. Foi uma campanha difícil, mas encerrada com vitória, garantindo valorização dos pisos, aumento real, PLR maior, cláusula de combate ao assédio moral, além de uma série de outros benefícios que a partir de agora vão fazer parte da vida profissional do bancário. Todas essas conquistas só foram possíveis graças à luta e mobilização dos bancários, reforçadas pela organização, planejamento, estratégia e infra-estrutura, que despende investimento do Sindicato.

Os recursos provenientes do desconto assistencial são utilizados para fortalecer a luta da categoria não apenas durante a Campanha Nacional Unificada, mas em todos os dias do ano. O percentual da contribuição neste ano será de 2% (dividida em duas parcelas de 1%). A contribuição será recolhida de todos os bancários, sindicalizados ou não, de bancos públicos e privados.

O desconto assistencial foi aprovado previamente em assembleia geral da categoria após a realização da Conferência Nacional dos Bancários. A decisão do Sindicato de fazer o recolhimento se justifica por conta dos gastos da Campanha Nacional, principalmente por conta da manutenção e organização da greve nacional da categoria, que durou 15 dias.

Fizemos a greve de maior alcance e arrancamos o melhor acordo dos últimos 20 anos, dentro de um processo que teve início ainda no primeiro semestre deste ano, com os preparativos para os congressos regionais e nacionais dos bancos públicos. Foram diversas atividades, entre reuniões nos locais de trabalho, assembleias, encontros de delegados e seminários por segmentos de bancos, o Congresso Estadual dos Bancários do Ceará, bem como o envio de delegados à 12ª Conferência Nacional dos Bancários em julho, no Rio.

Além disso, houve investimentos significativos para montar a infra-estrutura e organização da greve e de atividades de campanha, como aluguel de equipamentos de som, comunicação, veículos de transporte, contratação de prestadores de serviços e de messageiros, marmitas, gráfica, alimentação, combustível, além de material de divulgação e propaganda para a categoria e para esclarecimento da população, como anúncios nas emissoras de rádio e outdoor, além de faixas, adesivos variados, cartazes, panfletos, jornais,

carros de som e músicos para ações de convencimento e manifestações.

"Os bancários sabem que para viabilizar uma campanha desse porte é preciso investir em organização, planejamento, estratégia e infraestrutura. Por isso, a direção do Sindicato reforça a importância dessa contribuição, uma vez que realizamos uma campanha que resultou em grandes avanços para toda a categoria, utilizando uma estrutura proporcional ao que o bancário merece e que precisa ser custeada pela contribuição dos trabalhadores", lembra Carlos Eduardo, presidente do Sindicato. "Sem falar que fazemos o enfrentamento contra um dos mais poderosos setores da economia, que é o sistema financeiro", acrescenta.

O QUE É O DESCONTO ASSISTENCIAL - Também denominada taxa assistencial, taxa de reversão ou quota de solidariedade, o desconto assistencial é uma prestação pecuniária voluntária feita pelo membro da categoria profissional ou econômica ao Sindicato, com o objetivo de custear a participação da entidade nas negociações coletivas. O desconto assistencial é estabelecido com fundamento no art. 513, alínea "e", da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sua fonte, porém, é sempre uma norma coletiva, seja acordo ou convenção coletiva ou ainda sentença normativa. Sua cobrança não é feita, dessa forma, por força de lei, razão pela qual também não se enquadra na categoria dos tributos.

OPOSIÇÃO AO DESCONTO - Os bancários de Fortaleza e Região Metropolitana que queiram fazer o pedido de oposição à cobrança devem comparecer pessoalmente à sede do Sindicato no período de 22/11 a 1º/12, das 8h às 17h, munidos obrigatoriamente de identidade. Além disso, preencherão formulário próprio se opondo ao desconto, na qual conste nome completo, banco, matrícula funcional com dígito, prefixo da lotação e o nome da dependência. Esses dados são exigidos pelo próprio banco e são de responsabilidade do requerente. Não serão aceitas solicitações por terceiros.

Bancários do Interior deverão entrar em contato com o CPD do Sindicato para emissão do formulário próprio, que deverá ser assinado, reconhecido firma e com cópia da identidade, a serem enviados pelo Correio com postagem dentro do prazo estabelecido de oposição, individualmente. O Sindicato devolverá as postagens com mais de uma solicitação, pois caracteriza prática antissindical e não prorrogará prazo.

IPEA

Mulher chefe de família é a que trabalha mais, diz estudo

Elas têm mais anos de estudo, se dividem entre o trabalho e os cuidados com a casa, ganham menos e trabalham mais. Este é o retrato das mulheres chefes de família traçado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por meio do cruzamento de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) 2009, divulgados este ano pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o estudo, de 2001 a 2009 a proporção de famílias chefiadas por mulheres no Brasil subiu de aproximadamente 27% para 35% do total. São 21.933.180 o número de famílias que identificaram como principal responsável uma mulher no ano de 2009.

O aumento do número de chefes de família mulheres não muda os valores familiares tradicionais. O trabalho doméstico não foi transferido para os homens, e elas têm de se dividir entre a jornada de trabalho e a doméstica. O resultado é a sobrecarga da mulher

nessa configuração: a com a maior jornada de trabalho entre todos os perfis estudados.

QUEM SÃO ELAS? - As mulheres chefes de família são solteiras morando sozinhas, separadas ou viúvas que tem filhos ou solteiras sem filhos. Existe também as mulheres casadas chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa, com ou sem filhos. Nesse caso, segundo o Ipea, "o tradicional arranjo casual com filhos com um homem como 'cabeça de casal' passa a ser substituído por situações em que a mulher é tida como a pessoa de referência na casa". Em 2009, 14,2% dos casais com ou sem filhos eram chefiados por mulheres.

MAIS ESTUDO, MENOS RENDA - A mulher de um casal sem filhos recebe, em média, 80% do salário dos homens. Entre os casais com filhos, a renda das mulheres chefes

de família representa 73% da renda média de seus maridos. De qualquer modo, a mulher continua ganhando menos do que o homem.

Com relação ao nível de escolaridade, as mulheres, independentemente da posição na família, estudaram mais anos em média e aquelas responsáveis por famílias com filhos apresentam a mais alta escolaridade. Para os pesquisadores, os dados significam que a educação não interfere na posição de chefe da família.

O fator que mais influencia, embora não seja decisivo, é a ocupação. Homens estão mais inseridos no mercado de trabalho, assim como a maioria das chefes de família com filhos (59,1%) possui emprego. As mulheres que chefiavam a casa têm níveis de ocupação significativamente mais elevados do que as mulheres em idade ativa, em geral (57,7% contra 51,5%). Elas também ocupam posições consideradas de melhor qualidade.

JUSTIÇA

Santander condenado a pagar horas extras para ex-funcionária

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou o Santander a indenizar uma ex-funcionária por pagar horas extras fora do mês em que elas foram realizadas. Não foi divulgado o valor da indenização.

A decisão do ministro relator, Emmanuel Pereira, foi baseada em artigo da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e destaca que: "da mesma forma que se utiliza o período do mês trabalhado para fazer o pagamento do salário, o

pagamento de horas extras também tem de ter o mesmo critério".

Ainda segundo o relator, a compensação das horas extras também tem de ocorrer dentro do próprio mês a que se referem porque é idêntico ao fator gerador do pagamento salarial. Emmanuel Pereira também afirmou que, tendo em vista a natureza salarial, não é permitido que se faça ao trabalhador o pagamento de horas extras nos meses subsequentes.

Dia da Consciência Negra resgata resistência e força de luta

Dia da Consciência Negra, feriado em muitos municípios, comemorado no dia 20 de novembro remete-nos a Zumbi dos Palmares, o maior ícone da resistência negra ao escravismo no Brasil. A data foi escolhida como Dia da Consciência Negra por marcar a morte do maior ícone da história dos negros no Brasil. Nesse dia, em 1695, Zumbi dos Palmares foi morto após ter sido denunciado por um companheiro e capturado pelos portugueses, dando fim ao Quilombo dos Palmares, o maior do País, situado em Alagoas, que chegou a abrigar mais de 30 mil negros. O dia 20 de novembro é celebrado desde a década de 60, embora só tenha ampliado seus eventos e se tornado feriado nos últimos anos.

OMITO—Zumbi foi o grande líder do quilombo dos Palmares, respeitado herói da resistência antiescravagista. Pesquisas e estudos indicam que Zumbi nasceu em 1655, sendo descendente de guerreiros angolanos. Em um dos povoados do quilombo, foi capturado quando garoto por soldados e entregue ao padre

Antonio Melo, de Porto Calvo. Criado e educado por este padre, o futuro líder do Quilombo dos Palmares já tinha apreciável noção de Português e Latim aos 12 anos de idade, sendo batizado com o nome de Francisco. Padre Antônio Melo escreveu várias cartas a um amigo, exaltando a inteligência de Zumbi (Francisco). Em 1670, com quinze anos, Zumbi fugiu e voltou para o Quilombo. Tomou-se um dos líderes mais famosos de Palmares. "Zumbi" significa: a força do espírito presente. Baluarte da luta negra contra a escravidão, Zumbi foi o último chefe do Quilombo dos Palmares.

O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA — A lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, incluiu o dia 20 de novembro no calendário escolar, data em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra. A mesma lei também tornou obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Nas escolas as aulas sobre os temas: História da África e dos africanos, luta dos negros no Brasil, cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, propiciaram o resgate das contribuições dos povos negros nas áreas social, econômica e política ao longo da história do País.



PROPOSTA

Projeto de Lei equipara ofensa moral a acidente de trabalho

O projeto de lei que garante benefícios aos empregados vítimas de ofensa moral, de autoria do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), foi aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, no último dia 10/11. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, ainda precisa ser aprovado na Câmara pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

ASSÉDIO MORAL — A nova proposta, que tem como relator o deputado Vicentinho (PT-SP), altera a Lei de Benefícios da Previdência Social que iguala a doença decorrente de ofensa moral ao acidente de trabalho. O parlamentar argumenta que as diversas formas de violência psicológica, como o assédio moral, representam cada vez mais um fator de risco no ambiente de trabalho. Vi-

centinho ressaltou que a ofensa moral pode causar sérios danos à saúde física e mental não só do trabalhador, mas também de colegas de trabalho e da própria família.

Pela proposta, os acidentes sofridos fora do local e horário de trabalho também são equiparados a acidente de trabalho, se o empregado estiver a serviço da empresa. A legislação atual prevê equiparação a acidente de trabalho somente para doenças provenientes de contaminação acidental e acidentes sofridos por agressão. Por isso, o relator defende a inclusão de outros temas no projeto.

Hoje, o empregado que sofre acidente de trabalho recebe 91% do salário como benefício. Nos primeiros 15 dias de afastamento, o pagamento é feito pela empresa e, depois, pela Previdência Social. Enquanto recebe auxílio-doença por acidente de trabalho, o trabalhador é considerado licenciado e tem estabilidade por 12 meses após o retorno às atividades.



SAÚDE

Assédio moral está sendo usado como instrumento de gestão, diz médico

Durante uma mesa redonda "Saúde e suas relações com o trabalho na atualidade", realizada no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, o médico e professor doutor Álvaro Crespo Merlo, destacou o assédio moral, como ameaça ao trabalhador. Para Merlo, os bancos são um dos piores exemplos que existem em se falando de violência no ambiente de trabalho, ocasionada principalmente pelo assédio moral. "O assédio moral está sendo usado como instrumento de gestão pelas empresas. Os funcionários são humilhados, ameaçados de demissão e forçados a um processo de mutação."

O assédio moral, em casos extremos, pode levar ao suicídio. Segundo o especialista, os bancos e empresas precisam ser processados, pressionados e denunciados para se preocuparem realmente com a saúde do trabalhador. "As pessoas enfrentam a violência no ambiente de trabalho de várias formas. Alguns bebem, outros cheiram, uns espancam a família. Cabe aos sindicatos lutar por uma mudança nesse quadro."

As doenças no ambiente de trabalho começaram a ser denunciadas, no Brasil, no começo da década de 80 pelos sindicatos. Primeiramente, foram diagnosticadas as lesões por esforços repetitivos (LER). Nos anos 90 e 2000, passaram a ser percebidos casos de suicídios nas empresas, que estariam relacionados às pressões no ambiente laboral.

"O avanço de modificações no modo de organizar o trabalho, nos

modos de gerência, nas transformações que o taylorismo sofreu, ficando mais agudo e exigente, fizeram surgir as metas. Foram criadas demandas que as pessoas não dão conta no tempo necessário", ressalta.

O processo de mutação é outro importante fator que leva ao adoecimento: o trabalhador é pressionado pelos chefes a "funcionar" como uma máquina. "O empregado não pode ter hora para trabalhar, precisa se deslocar e viajar o tempo todo. O que não é analisado é que o biológico humano continua o mesmo de quando o homem fugia dos leões na África. Há tanto uma exigência física, que podemos observar com o aumento de casos de lesões por esforço repetitivo, quanto intelectual, em relações que são muito esquizofrênicas, ambíguas. A empresa diz ao trabalhador que ele é uma pessoa importante, que precisa dele. Entretanto, o funcionário sabe que, a qualquer momento, o colocam para fora na mesma hora."

MUDAR CONCEPÇÕES—Merlo revela que há necessidade de mudar a concepção das pessoas, que acreditam que quem se suicida é porque tem problemas pessoais anteriores, ou porque a pessoa não é forte o suficiente psicologicamente. "Pode até ter alguma relação, mas não é o que se vê em algumas epidemias como a da France Telecom, onde 58 empregados se suicidaram. Ou então, todas as pessoas se tornaram frágeis de uma hora para outra", questiona.

UNIDADE

Centrais e aposentados definem reivindicações ao Governo

Após três horas de discussões, dirigentes das centrais sindicais e da COBAP definiram a pauta de reivindicações que irão apresentar brevemente ao Governo Federal, numa reunião realizada em São Paulo. Todos os 27 milhões de aposentados e pensionistas do Brasil se fizeram representados neste encontro histórico através de Warley Martins (COBAP), Luizão Epaminondas (CUT), João Inocentini (Força Sindical), Edmundo Benedetti Filho (UGT), Luiz Antonio Guardalini (CGTB), Celso Amaral de Miranda Pimenta (Nova Central), Osmar Marchese (CTB), além de Robson Bittencourt (Federação de Minas Gerais), Antonio Alves da Silva (Federação de São Paulo), José Ribeiro Vasconcellos (COBAP), entre outros.

No começo da reunião, Warley demonstrou firmeza e não admitiu a retirada da solicitação do reajuste único para todos os aposentados: "Excluir uma parte da população do crescimento econômico do País é errado. O reajuste tem que ser para todos, de forma igualitária", disse o presidente da COBAP.

"Da mesma forma que a unidade das centrais proporcionou a conquista da política da valorização permanente do salário mínimo, temos certeza que juntos conseguiremos avançar para melhorar

VEJA AS 12 REIVINDICAÇÕES CONJUNTAS:

- 1) Reajuste igual e linear para os aposentados e pensionistas do INSS, conforme aprovado na Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 2) Fim do Fator Previdenciário
- 3) Aprovado do projeto de lei 4434/08
- 4) Manutenção da política de recuperação do salário mínimo até 2023
- 5) Contra a reforma da Previdência que venha a retirar direitos adquiridos
- 6) Restabelecimento do Conselho Nacional de Seguridade Social (com poderes deliberativos e quadripartite)
- 7) Fim da DRU
- 8) Isenção do Imposto de Renda aos aposentados que recebem até o teto
- 9) Que os recursos da Previdência sejam oriundos do faturamento e não da folha de pagamento (além das fontes de recursos atuais, previstas na Constituição)
- 10) Manter e ampliar a lista de remédios gratuitos de uso contínuo
- 11) Criação da Secretaria Interministerial de Assuntos Relacionados ao Idoso, Aposentado e Pensionista
- 12) Garantir um sistema de Previdência Social Pública Universal e a criação da Previdência Complementar

as condições dos trabalhadores aposentados", disse Epaminondas da CUT. O encontro formalizou a aliança política das principais entidades do Brasil, demonstrando um profundo amadurecimento de suas lideranças. A aliança firmada ontem abre caminhos esperançosos para futuras lutas e conquistas conjuntas.

No final da reunião, para selar

o pacto, um documento foi constituído, sendo assinado pelos dirigentes e remetido imediatamente ao Presidente da República e ao ministro da Previdência Social. Foi solicitada uma audiência dos sindicalistas com o Governo, onde serão tratadas as 12 questões elencadas e também o percentual de reajuste dos aposentados para 2011.

Negociações sobre superávit da Previ avançam, mas proposta é insuficiente

Mais uma negociação entre o Banco do Brasil, a Contraf-CUT e as entidades representativas do funcionalismo da ativa e aposentados sobre a destinação do superávit do Plano 1 da Previ foi realizada na tarde desta quinta-feira 11 de novembro. Além das propostas anteriormente apresentadas, as entidades reivindicaram a incorporação permanente dos benefícios especiais negociados e implantados em 2007: o benefício especial de remuneração e o benefício especial de proporcionalidade.

Hoje, ambos são pagos com recursos contabilizados em fundos apartados da reserva especial em 2007 e dimensionados para garantir-los de maneira permanente, mas estão condicionados à disponibilidade de recursos nos fundos. A incorporação desses benefícios como permanentes seria custeada pela reversão dos fundos na reserva matemática do plano, sem novos custos adicionais, dando maior segurança aos participantes quanto à perenidade daqueles benefícios. O banco acatou a tese apresentada pelas entidades.

Apesar de reconhecerem que

PROPOSTA APRESENTADA PELO PATROCINADOR:

1. Pagamento de valor correspondente a 20% dos benefícios por um período de até seis anos, sem caráter permanente e sem a garantia de patamar mínimo - o percentual seria pago mensalmente a aposentados e pensionistas e para os associados da ativa quando estes se aposentarem.
2. Continuidade da suspensão de contribuições por três anos.
3. Incorporação dos benefícios especiais de remuneração e proporcionalidade como benefícios permanentes do plano.
4. O banco não aceita, neste momento, o fim do voto de minerva.
5. O banco não aceita a instituição de benefício de 360/360 do salário real de benefício para todos os associados, independente do tempo de contribuição à Previ na ativa.
6. As demais propostas apresentadas pelas entidades não foram acatadas pelo banco neste momento.
7. O banco aceita o acordo desde que utilize a metade da reserva especial do Plano 1.

houve avanços na proposta e que o banco tenha acatado algumas importantes reivindicações, os representantes do funcionalismo afirmaram que a proposta é insuficiente e que outros avanços serão necessários. Reforçaram seu entendimento de que a maior parte da reserva especial deve ser destinada à melhoria de benefícios para os associados e protestaram contra a resistência do banco em

não acabar com o voto de minerva, em não acatar a proposta de implantar o benefício 360/360 para todos e em não concordar com um valor mínimo para o reajuste dos benefícios.

As entidades insistiram que deva haver avanços, pelo menos nestes três pontos, para que se viabilize um acordo. As entidades salientaram que eventual acordo deverá ser submetido à aprovação dos associados.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Nota da AFBNB pode atrapalhar pagamento da Licença-Prêmio

Nota publicada no último dia 16/11, no site da AFBNB, sob o título "SOBRE REUNIÃO PARA TRATAR DE LICENÇA-PRÊMIO" pode atrapalhar o andamento do processo de pagamento das indenizações relativas ao restabelecimento da Licença-Prêmio para os colegas que estavam no Banco em 6/11/1997, continuam na ativa e não foram contemplados em acordos judiciais já celebrados.

A nota da Associação induz os Sindicatos com o BNB na base a não seguirem a orientação da Comissão Nacional dos

Funcionários do BNB (CNFBNB/Contraf-CUT) sobre a desistência de ações coletivas ajuizadas com o objetivo de restabelecer aquele direito.

O objetivo da CNFBNB/Contraf-CUT é agilizar o procedimento relativo ao pagamento das indenizações e para isso não abre mão de que o Banco inicie o processo de disponibilização dos termos de adesão para aqueles que não têm qualquer ação (individual ou coletiva) bem como para aqueles que já comprovaram o cumprimento das formalidades legais.

NOVA EDIÇÃO

Revista do Brasil analisa eleição de Dilma e defende mais inclusão social

A Revista do Brasil está chegando à casa dos bancários sindicalizados e às bancas de todo o Brasil. E tem reportagem que analisa as marcas deixadas pela campanha eleitoral que elegeu Dilma Rousseff, a primeira presidente do Brasil, apesar dos inúmeros golpes baixos. E também sobre a ligação da velha mídia com as forças políticas para cercear a liberdade de imprensa de jornalistas e de publicações independentes, como aconteceu com a revista de outubro, censurada a pedido do PSDB de José Serra.

Reportagens internacionais falam da situação da Europa depois da crise — os países até que estão melhores, mas a situação dos trabalhadores, não — mostram como está o México no aniversário de 200 anos de sua independência e de 100 de sua revolução: os estragos causados por duas décadas de neoliberalismo, de intervenção americana e narcotráfico.

Na capa, Jefferson De, diretor do filme Bróder, que reuniu Mano Brown e Daniel Filho, Capão Redondo e Globo Filmes. Ele usa seus filmes para combater o preconceito, que



também é abordado em matéria que trata do difícil acesso de negros às carreiras científicas.

A edição de novembro da Revista do Brasil traz ainda reportagem sobre a tristeza e a saúde emocional, sobre a atuação dos Narcóticos Anônimos em mais de 130 países, além de um passeio pelos espaços interativos que aproximam temas científicos da realidade das pessoas.

SENADO

Aprovado projeto que livra bancário inadimplente de demissão por justa causa

O bancário inadimplente pode deixar de ser passível de demissão por justa causa. O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira, dia 17/11, projeto de lei da Câmara (46/08) com objetivo de revogar o artigo 508 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que permite a demissão por justa causa dos bancários "por falta contumaz de pagamento de dívidas legalmente exigíveis". O projeto vai à sanção do presidente da República.

Segundo o autor da proposta, o funcionário do BB e deputado federal Geraldo Magela (PT-DF), esse artigo representa "uma demonstração clara de discriminação no trabalho e é totalmente incompatível com os preceitos da Constituição Federal,

especialmente os previstos no artigo 5º, que estabelece os direitos fundamentais das pessoas". Para o autor da matéria, não há, portanto, razão alguma para a manutenção "de tamanha agressão aos trabalhadores bancários".

O texto recebeu parecer favorável do senador Paulo Paim (PT-RS) e foi aprovado sem emendas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Para Paim, essa norma "está em absoluta desconformidade com os princípios constitucionais relativos ao devido processo legal e à dignidade humana".

Para o relator, é preciso avaliar muito bem os impactos que o comportamento do empregado tem sobre o seu desempenho no traba-

lho bancário. Acrescentou que pode acontecer de o empregado estar enfrentando dificuldades em função de problemas pessoais ou de saúde, e que o campo para a cobrança ou transação de eventuais dívidas é a via judicial.

"Dívidas podem ser contestadas. Uma eventual execução pode ser decorrente de negócios mal administrados, escolhas mal feitas ou, simplesmente, da necessidade de optar entre pagar as contas ou manter os dependentes na escola ou, ainda, suprir as necessidades básicas da família. Além disso, muitos bancários não lidam diretamente com valores monetários em espécie, e um eventual deslize implicaria problemas com a legislação penal", argumenta Paim.

TOUROS TOQUES

Justiça virtual

O Tribunal de Justiça e o Banco do Nordeste assinaram convênio para fazer o gerenciamento virtual dos depósitos judiciais. Começa por unidades-piloto, mas tem como meta até dezembro ter o sistema em todas as Varas. Os depósitos judiciais serão feitos em uma conta única do TJ no BNB. Do fórum, o juiz poderá saber se as partes fizeram mesmo o depósito determinado e gerar os boletos de pagamento. Quando uma fatura for quitada, o BNB informará por correio eletrônico. O modelo é pioneiro no País.

Maternidade

Segundo dados IBGE, as brasileiras estão tendo filhos cada vez mais tarde. Embora a faixa entre 20 e 24 anos ainda concentre o maior percentual de nascimentos, ele caiu de 30,5% em 1999 para 28,3% em 2009. Por outro lado, os grupos etários acima de 25 anos tiveram aumento na proporção, principalmente na faixa de 30 a 35 anos, que passou de 14,8% para 16,8% em uma década. Já entre as mais novas, com idades entre 15 e 19 anos, os registros de nascimento caíram de 20,8% para 18,2% no mesmo período.

"É uma agenda boa, inclusive por causa da guerra cambial. Uma maneira de se defender é reduzir o custo de produção"

disse Paulo Bernardo, ministro do Planejamento sobre a desoneração da folha de pagamento nos planos da presidente Dilma Rousseff.

Família na velhice

Os brasileiros são os que mais esperam ser sustentados pela família na velhice, segundo uma pesquisa feita em 12 países, pela multinacional de seguro de saúde Bupa, conduzida pela Universidade London School of Economics. No Brasil, 1.005 pessoas foram ouvidas. Três em cada quatro brasileiros entrevistados disseram acreditar que sua família vai sustentá-los na velhice. Em países como França, Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha, menos de 70% das pessoas acreditam que serão sustentadas pelos parentes ao chegarem à velhice.

Ataque cardíaco em mulheres

Um estudo da American Heart Association, de Chicago, EUA, revelou que o estresse no trabalho aumenta em 40% a chance de uma mulher sofrer um ataque cardíaco, derrame ou necessitar de cirurgia para desobstrução de artéria. A autora do estudo e médica, Michele Albert, afirmou que existem efeitos cardiovasculares clinicamente documentados a curto e longo prazo sobre os efeitos do estresse no trabalho na saúde das mulheres.

DATA: _____	
RUBRICA: _____	
<input type="checkbox"/>	POSTAL EM
<input type="checkbox"/>	REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/>	PORTEIRO OU SINDICO
<input type="checkbox"/>	INFORMAÇÃO PRESTADA PELO
<input type="checkbox"/>	OUTROS:
<input type="checkbox"/>	NÃO PROCURADO
<input type="checkbox"/>	AUSENTE
<input type="checkbox"/>	RECUSADO
<input type="checkbox"/>	DESCONHECIDO
<input type="checkbox"/>	FALLECIDO
<input type="checkbox"/>	NÃO EXISTE O Nº INDICADO
<input type="checkbox"/>	ENDEREÇO INSUFICIENTE
<input type="checkbox"/>	INDUO-SE

